

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.**

**EDITAL Nº 02/2022 – PROCESSO SELETIVO DE ESTAGIÁRIOS 2022.**

**PROVA OBJETIVA.**

**ÁREAS DE ESTÁGIO: SERVIÇO SOCIAL.**

**Leia atentamente as INSTRUÇÕES:**

1. Não será permitido ao candidato realizar as provas usando óculos escuros (exceto para correção visual, ou fotofobia, desde que informe no ato da inscrição), ou portando aparelhos eletrônicos (mesmo desligados), qualquer tipo de relógio, chaves, carteira, bolsa, acessórios que cubram o rosto, a cabeça, ou parte desta.
2. Será eliminado deste Processo Seletivo de Estagiários 2022, o candidato que fizer uso do celular e/ou aparelho eletrônico, no local onde está ocorrendo o mesmo; o candidato cujo celular e/ou aparelho(s) eletrônico(s), mesmo desligado(s), emitir(em) qualquer som, durante a realização das provas. Durante todo o tempo em que permanecer no local, onde ocorre o Processo Seletivo de Estagiários 2022, o candidato deverá manter o celular desligado, sendo permitido ativá-lo, somente após ultrapassar o portão de saída do prédio.
3. **Sob pena de ser eliminado deste Processo Seletivo de Estagiários 2022**, o candidato poderá manter em cima da sua carteira apenas lápis, borracha, caneta, um documento de identificação, lanche (exceto líquido). **Outros pertences**, antes do início das provas, o candidato deverá acomodá-los **embaixo de sua cadeira**, sob sua guarda e responsabilidade.
4. Confira se a sua prova tem **48** questões, cada qual com **4 alternativas**, veja se a **Áreas de estágio** para a qual se inscreveu está correto.
5. Verifique seus dados no cartão-resposta (nome, número de inscrição e a **Áreas de estágio** para a qual se inscreveu) e **ASSINE** o mesmo.
6. Preencha toda a área do cartão-resposta correspondente à alternativa de sua escolha, com caneta esferográfica (tinta azul, ou preta), sem ultrapassar as bordas. As marcações duplas, rasuradas, ou marcadas diferentemente do modelo estabelecido no cartão-resposta, serão anuladas.
7. Observe as orientações apresentadas no cartão-resposta. O mesmo não será substituído, salvo se contiver erro de impressão.
8. Aguarde a autorização do fiscal para abrir o caderno de provas. Ao receber a ordem, confira-o com muita atenção. Nenhuma reclamação sobre o total de questões, ou falha de impressão, será aceita depois de iniciada a prova. Cabe apenas ao candidato a interpretação das questões, o fiscal não poderá fazer nenhuma interferência.
9. A Prova Objetiva terá duração máxima de **3h (três horas)**, incluso o tempo destinado ao preenchimento do cartão-resposta.
10. O candidato poderá se retirar do local da prova somente **1h (uma hora)** após seu início, levando seu caderno de prova.
11. Ao terminar sua prova, o candidato deverá entregar ao fiscal de sala o cartão-resposta preenchido, assinado e retirar-se do recinto, onde está ocorrendo a mesma, não lhe sendo mais permitido o uso do banheiro e bebedouro.
12. Os **3 (três)** candidatos, que terminarem a prova por último, deverão permanecer na sala, só poderão sair juntos, após o fechamento do envelope, contendo os cartões-respostas dos candidatos presentes e ausentes, assinarem no referido envelope, atestando que este foi devidamente lacrado.

**BOA PROVA!**

## LÍNGUA PORTUGUESA.

Leia o texto para responder à próxima questão.

### A Noite do Meu Bem. (Dolores Duran).

Hoje eu quero a rosa mais linda que houver  
E a primeira estrela que vier  
Para enfeitar a noite do meu bem.

Hoje eu quero paz de criança dormindo  
E abandono de flores se abrindo  
Para enfeitar a noite do meu bem.

Quero a alegria de um barco voltando  
Quero ternura de mãos se encontrando  
Para enfeitar a noite do meu bem.

Ah, eu quero o amor, o amor mais profundo  
Eu quero toda a beleza do mundo  
Para enfeitar a noite do meu bem.

Quero a alegria de um barco voltando  
Quero ternura de mãos se encontrando  
Para enfeitar a noite do meu bem.

Ah, como esse bem demorou a chegar  
Eu já nem sei se terei no olhar  
Toda pureza que quero lhe dar.

#### 01. De acordo com o texto, marque a alternativa incorreta.

- a) O eu lírico almeja a rosa mais linda que houver, a primeira estrela que vier, para enfeitar a noite do seu bem.
- b) O eu poético quer a paz de uma criança dormindo, o abandono das flores se abrindo, para enfeitar a noite do seu bem.
- c) O autor do texto menciona querer a alegria de um barco voltando, a ternura de mãos se encontrando, para enfeitar a noite do seu bem.
- d) Na última estrofe, o eu lírico diz que esse bem chegou rápido demais, ele tem certeza que mesmo assim, terá no olhar, toda pureza para lhe dar.

#### 02. De acordo com a correta ortografia, assinale a alternativa devida.

- a) Agiota / jibi / monge / sarjeta.
- b) Beringela / canjica / cassarola / apetrecho.
- c) Rabugento / tigela / laje / açucena.
- d) Bolixe / chuchu / cochichar / explêndido.

#### 03. Sobre acentuação gráfica, coloque (V) verdadeiro ou (F) falso e assinale a alternativa correta.

- ( ) Os paroxítonos terminados em em ou ens não são acentuados: jovem, jovens, item, itens.
- ( ) Acentuam-se todos os vocábulos monossílabos tônicos terminados em a(s) – [má, vás]; e(s) – [ré, três]; o(s) – [dó, nós].
- ( ) Acentuam-se todos os vocábulos oxítonos terminados em a(s) – [curimbatá, sofás]; e(s) – [sapé, revés]; o(s) – [cipó, trenós]; em(ens) – [vintém, armazéns].
- ( ) Permanece o acento diferencial no verbo pôr [na distinção com a preposição por] e na forma pôde, do pretérito perfeito do indicativo do verbo poder [na distinção com a forma pode, do presente do indicativo desse mesmo verbo].
- a) V – V – V – V.
- b) V – F – V – V.
- c) V – V – F – V.
- d) V – V – V – F.

#### 04. Referindo-se a substantivo, relacione a Coluna I com a Coluna II e marque a alternativa correta.

Coluna I.

- A- Substantivo abstrato.
  - B- Substantivo próprio.
  - C- Substantivo concreto.
  - D- Substantivo derivado.
- Coluna II.

1- Benjamim.

2- Fada.

3- Fornalha.

4- Viuvez.

a) A (2) – B (4) – C (3) – D (1).

b) A (1) – B (2) – C (3) – D (4).

c) A (4) – B (1) – C (2) – D (3).

d) A (4) – B (1) – C (3) – D (2).

**05. Concordância nominal é a concordância entre nomes.**

**Em se tratando de concordância nominal, assinale a alternativa incorreta.**

a) Os adjetivos compostos só permitem a variação do último elemento. Exemplos: olhos verde-claros; revistas jurídico-empresariais.

b) Variam os adjetivos adverbializados, ou seja, os adjetivos que se usam no lugar de advérbios. Exemplos: Levantem altos os braços! Chuchus custam baratos.

c) Não haverá variação se um dos elementos do adjetivo composto for substantivo indicando cor. Exemplos: olhos verde-piscina; camisas vermelho-vinho.

d) Não variam os substantivos que funcionam como autênticos adjetivos. Exemplos: revelações bomba; elementos chave.

**06. Crase é o nome que se dá à fusão, ou contração de dois “aa”. Para indicar essa fusão usa-se o acento grave (´).**

**Sendo assim, assinale a alternativa, onde o uso da crase está incorreto.**

a) Costumo estudar à noite.

b) Faço referência à Mariana e não à Paola.

c) Não fui àquela loja.

d) Você ainda não retornou à casa desde aquele dia?

**07. Em se tratando de colocação dos pronomes átonos oblíquos, ponha (V) verdadeiro ou (F) falso e assinale a alternativa correta.**

( ) O pronome oblíquo átono pode ocupar três posições em relação ao verbo: antes (próclise), no meio (mesóclise) e depois (ênclise).

( ) Não se usa a próclise com a preposição em + gerúndio.

( ) Nas orações reduzidas de infinitivo e de gerúndio usa-se apenas ênclise.

( ) Usa-se a próclise em qualquer oração exclamativa, optativa e interrogativa.

a) V – V – V – V.

b) V – F – V – F.

c) V – F – V – V.

d) V – V – V – F.

**08. A regência nominal é a maneira de o nome relativo relacionar-se com seus complementos. Nomes relativos são aqueles que não têm sentido completo, por isso pedem outros nomes que os complementam, chamados complementos nominais. Se for uma oração que complemente o sentido do nome relativo, ela se diz completiva nominal.**

**Referindo-se a regência nominal, relacione a Coluna I com a Coluna II e marque a alternativa correta.**

**Coluna I.**

**A- Nome relativo: acostumado a, ou com.**

**B- Nome relativo: apto a ou para.**

**C- Nome relativo: aversão a ou por.**

**D- Nome relativo: impróprio para.**

**Coluna II.**

**1- Se você é maior, está ..... dirigir.**

**2- Já estou acostumado ..... isso.**

**3- Tenho ..... cigarro.**

**4- O filme é ..... menores.**

a) A (2) – B (4) – C (3) – D (1).

b) A (2) – B (1) – C (3) – D (4).

c) A (4) – B (1) – C (2) – D (3).

d) A (4) – B (1) – C (3) – D (2).

**09. Concordância verbal é aquela que se faz do verbo com o sujeito.**

**Sobre concordância verbal, coloque (V) verdadeiro ou (F) falso e assinale a alternativa correta.**

( ) Verbo depois do sujeito composto vai obrigatoriamente para o plural. Exemplo: A gasolina e o álcool sobem hoje.

( ) Quando o sujeito é representado por números que identificam as horas, a concordância se faz normalmente. Exemplo: Uma hora e um quarto foram gastos no trabalho.

( ) **Sujeito formado de pessoas gramaticais diferentes = o verbo concorda com a pessoa que tem primazia (a primeira tem primazia sobre as demais, e a segunda prevalece sobre a terceira). Exemplos: Chorava eu e ela; rias à beça tu e ele.**

( ) **Os sujeitos são sinônimos, ou tomados por sinônimos = verbo no plural. Exemplo: A coragem e o destemor fazem dele um herói.**

a) V – V – V – F.

b) V – F – V – V.

c) V – V – F – V.

d) V – V – V – V.

**10. Regência verbal é a maneira de o verbo relacionar-se com seus complementos.**

**Em se tratando de regência verbal, assinale a alternativa incorreta.**

a) Ansiar é verbo transitivo direto quando desejar intensamente; querer ardentemente; almejar. Exemplo: Ansiar um diploma.

b) O verbo chamar é transitivo direto quando pede a presença de. Exemplo: Chamar a polícia.

c) Atender é transitivo direto indicando receber (para ouvir). Exemplo: O presidente não quis atender o empresário.

d) Consistir é transitivo direto quando indicar composto, ou constituído. Exemplo: O arquipélago consiste em dezenas de ilhas.

**NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO.**

**11. Considerando a Lei nº 11.788, de 25.09.2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes, assinale a alternativa incorreta.**

a) É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual, ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado, preferencialmente, durante suas férias escolares.

b) A manutenção de estagiários em desconformidade com a Lei nº 11.788/2008, caracteriza vínculo de emprego do educando com a parte concedente do estágio para todos os fins da legislação trabalhista e previdenciária.

c) Deverá ser de até 10 (dez) o número máximo de estagiários para atender proporção de 11 (onze) a 25 (vinte e cinco) empregados, em relação ao quadro de pessoal das entidades concedentes de estágio.

d) O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

**12. Nos termos da Resolução nº 252, de 21.07.2021, que institui o Código de Ética dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, indique a alternativa errada.**

a) É compromisso de conduta ética dos servidores e colaboradores do PJMS, atuar com assertividade e apreço pela verdade, ainda que esta seja contrária à pessoa interessada, ou à Administração.

b) Cabe ao Presidente do Tribunal de Justiça do MS, aplicar, até o prazo máximo de 15 (quinze) dias, após o recebimento do processo, a penalidade de censura aos servidores ocupantes de cargos em comissão, que lhe são diretamente subordinados.

c) A apuração da infringência aos compromissos e às vedações previstas neste Código, proceder-se-á mediante processo administrativo, garantido ao envolvido o contraditório e a ampla defesa.

d) A Comissão de Ética do PJMS, vinculada diretamente à Presidência do TJMS, será composta por um Juiz Auxiliar da Presidência, dois servidores e respectivos suplentes.

**13. De acordo com a Resolução nº 63, de 15.02.2012, que regulamenta o estágio de estudantes no âmbito do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso do Sul, atribua (V) verdadeiro ou (F) falso aos itens e marque a alternativa com a sequência correta.**

( ) **Será autorizado o credenciamento, ou a permanência de estagiário que esteja cumprindo apenas dependência, ou adaptação, ou matriculado em função de pendências para conclusão de curso, ou cumprimento de grade curricular, exceto para estagiário que esteja cursando o último semestre.**

( ) **O estudante estagiará nas unidades da Secretaria do Tribunal de Justiça e das comarcas do Estado, observada a necessidade, o interesse e a disponibilidade financeira e orçamentária do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul.**

( ) **A Administração poderá autorizar o afastamento do exercício de estágio por um período de até sessenta dias, com anuência do Supervisor de Estágio, para participação do estudante em cursos de natureza acadêmica, fora do local, ou da sede de estágio, devidamente comprovados, por uma única vez.**

a) V – V – V.

b) V – V – F.

c) V – F – V.

d) F – V – V.

**14. À luz da Resolução CNJ nº 401, de 16.06.2021, que dispõe sobre o desenvolvimento de diretrizes de acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência nos órgãos do Poder Judiciário, analise os itens e aponte a alternativa correta.**

**I- Cada órgão do Poder Judiciário deverá dispor de, pelo menos, 5% (cinco por cento) de servidores(as) com**

capacitação básica em Libras, nos termos do Decreto no 9.656/2018.

II- Os contratos de terceirização firmados no âmbito do Poder Judiciário devem conter cláusula, que prevejam a comprovação periódica do cumprimento da política de empregabilidade estabelecida no art. 93, da Lei no 8.213/1991.

III- A avaliação da deficiência do(a) servidor(a) poderá ser utilizada para fins de concessão de condições especiais de trabalho, nos termos do que dispõe a Resolução CNJ no 343/2020.

IV- É assegurado à pessoa acompanhada de cão de assistência, o direito de ingressar e de permanecer com o animal em todas as dependências dos edifícios e extensões do Poder Judiciário, observadas as condições impostas pela Lei no 11.126/2005.

- a) Todos os itens fazem afirmações verdadeiras.
- b) Apenas os itens II, III e IV fazem afirmações verdadeiras.
- c) Apenas os itens I, II e III fazem afirmações verdadeiras.
- d) Apenas os itens I e IV fazem afirmações verdadeiras.

## **CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS.**

**15. Benefício previsto na LOAS e no Estatuto da Pessoa Idosa, é provido pelo Governo Federal, consistindo no repasse de 1 (um) salário mínimo mensal ao idoso (com 65 anos ou mais) e à pessoa com deficiência que comprovem não ter meios para suprir sua subsistência, ou de tê-la suprida por sua família. Esse benefício compõe o nível de proteção social básica, sendo seu repasse efetuado diretamente ao beneficiário:**

- a) Benefícios Eventuais.
- b) Mais Social.
- c) Renda Brasil.
- d) Benefício de Prestação Continuada.

**16. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social, assinale a alternativa que corresponde às seguranças garantidas pela Proteção Social.**

- a) Segurança de sobrevivência, de acolhida, de convívio familiar.
- b) Segurança de acolhida, medidas de proteção e fortalecimento de vínculos.
- c) Segurança de convívio familiar, convívio social e controle social.
- d) Segurança de sobrevivência, integração a seguridade social e convivência familiar.

**17. De acordo com a Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, que dispõem sobre o Estatuto da Pessoa Idosa e dá outras providências, os casos de suspeita, ou confirmação de violência praticada contra pessoas idosas, serão objeto de notificação compulsória pelos serviços de saúde públicos e privados à autoridade sanitária, bem como serão, obrigatoriamente, comunicados por eles a quaisquer dos seguintes órgãos:**

- a) Conselho Tutelar da pessoa Idosa, Centro de Referência da Assistência Social – CRAS, Ministério Público, Autoridade Policial.
- b) Autoridade Policial, Secretaria de Saúde, Secretaria de Assistência Social, Instituições de Longa Permanência – ILPI's.
- c) Instituições de Longa Permanência – ILPI's, Ministério Público, Autoridade Policial, Centro de Referência da Assistência Social – CRAS.
- d) Autoridade Policial, Ministério Público, Conselho Municipal da Pessoa Idosa, Conselho Estadual da Pessoa Idosa, Conselho Nacional da Pessoa Idosa.

**18. O Estatuto da Pessoa Idosa foi instituído e destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual, ou superior a \_\_\_\_\_.**

**Entre as pessoas idosas, é assegurada prioridade especial aos maiores de \_\_\_\_ anos, atendendo-se suas necessidades sempre, preferencialmente, em relação às demais pessoas idosas. Preencha as lacunas com a alternativa correspondente.**

- a) 65 (sessenta e cinco) anos / 80 (oitenta) anos.
- b) 60 (sessenta) anos / 75 (setenta e cinco) anos.
- c) 60 (sessenta) anos / 80 (oitenta) anos.
- d) 65 (cinquenta e cinco) anos / 75 (setenta e cinco) anos.

**19. Em conformidade ao art. 43, do Estatuto da Pessoa Idosa, as medidas de proteção à pessoa idosa são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos forem ameaçados, ou violados, exceto:**

- a) Por ação, omissão da sociedade, ou do Estado.
- b) Por falta, omissão, abuso da família, curador, ou entidade de atendimento.
- c) Em razão de sua condição pessoal.
- d) Por ação, ou omissão, praticada em local público, que lhe cause dano físico, psicológico, ou financeiro.

**20. Das afirmativas, assinale a que não se configura como um dos Direitos Fundamentais à pessoa idosa.**

- a) É obrigação do Estado, garantir à pessoa idosa, a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas, que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade.
- b) O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral, abrangendo a preservação da

imagem, da identidade, da autonomia, de valores, ideias e crenças, dos espaços e dos objetos pessoais.

c) Atendimento domiciliar, incluindo a internação, para a população que dele necessitar e esteja impossibilitada de se locomover, inclusive para as pessoas idosas abrigadas e acolhidas por instituições públicas, filantrópicas, ou sem fins lucrativos e, eventualmente, conveniadas com o poder público, nos meios urbano e rural.

d) A participação das pessoas idosas em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos 30% (trinta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais.

**21. O Programa Nacional de Promoção, Proteção e Defesa dos Direitos Humanos dos Profissionais de Segurança Pública e Defesa Social e dos Profissionais do Sistema Socioeducativo - Programa PraViver, tem como um de seus objetivos:**

a) Reduzir a vitimização e o suicídio dos profissionais do sistema socioeducativo.

b) A capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros e dos Conselhos Tutelares.

c) Elaborar o Plano Individual de Atendimento Socioeducativo em parceria com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.

d) Contribuir para a qualificação e ação em rede dos Sistemas de Atendimento Socioeducativo.

**22. O Programa PraViver instituído pelo Decreto nº 11.106, de 29 de junho de 2022, será coordenado respectivamente pelos:**

a) Ministério da Justiça, Segurança Pública e Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

b) Ministério da Justiça e Ministério da Cidadania.

c) Ministério da Defesa, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.

d) Ministério da Justiça, Segurança Pública e Ministério do Desenvolvimento Regional.

**23. Qual a modalidade de atendimento assistencial destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco pessoal e social, por ocorrência de abandono, maus tratos físicos, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medidas socioeducativas, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras?**

a) A Proteção Social Especial.

b) A Proteção Social Básica.

c) Unidade Básica de Atendimento.

d) Secretaria de Assistência Social,

**24. Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinenti o fato \_\_\_\_\_, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família. Preencha a lacuna com a alternativa correspondente.**

a) À Delegacia Proteção à Criança e ao Adolescente.

b) Ao Ministério Público.

c) Ao Centro de Referência de Assistência Social – CREAS.

d) Ao Conselho Municipal da Criança e do Adolescente.

**25. De acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente em seu Capítulo III, Seção V, onde trata sobre a Apuração de Ato Infracional Atribuído a Adolescente, assinale a opção incorreta.**

a) O adolescente apreendido por força de ordem judicial será, desde logo, encaminhado à autoridade judiciária.

b) O adolescente apreendido em flagrante de ato infracional será, desde logo, encaminhado à autoridade policial competente.

c) Sem o comparecimento de qualquer dos pais, ou responsável, o adolescente será prontamente liberado pela autoridade policial, sob termo de compromisso e responsabilidade de sua apresentação ao representante do Ministério Público, no mesmo dia, sendo impossível, no primeiro dia útil imediato, exceto quando pela gravidade do ato infracional e sua repercussão social, deva o adolescente permanecer sob internação para garantia de sua segurança pessoal, ou manutenção da ordem pública.

d) Em caso de não liberação, a autoridade policial encaminhará, desde logo, o adolescente ao representante do Ministério Público, juntamente com cópia do auto de apreensão, ou boletim de ocorrência.

**26. A colocação de criança e adolescente em família substituta, independente da situação jurídica, de acordo com Estatuto da Criança e do Adolescente, poderá ser realizada mediante quais situações?**

a) Adoção, curatela, ou guarda.

b) Apenas para os casos de guarda e tutela.

c) Somente para casos de adoção.

d) Guarda, tutela, ou adoção.

**27. O Capítulo V, do Estatuto da Criança e do Adolescente trata sobre o Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho, sendo assim, assinale a opção correta.**

a) É proibido qualquer trabalho a menores de dezesseis anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

- b) A proteção ao trabalho dos adolescentes é regulada por legislação comum, sem prejuízo do disposto nesta Lei.
- c) Ao adolescente até dezoito anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem.
- d) Ao adolescente aprendiz, maior de quatorze anos, são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários.

**28. Toda criança, ou adolescente, que estiver inserido em programa de acolhimento familiar, ou institucional, terá sua situação reavaliada, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional, ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar, ou pela colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Assinale a alternativa que corresponde ao prazo para que ocorra a avaliação.**

- a) No máximo a cada 3 (três) meses.
- b) Deverá ser realizada mensalmente.
- c) A cada 2 (dois) meses.
- d) Conforme demanda individual.

**29. Segundo o Estatuto da Criança e Adolescente, os casos de suspeita, ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel, degradante, de maus-tratos contra criança, ou adolescente, serão obrigatoriamente comunicados à \_\_\_\_\_ da respectiva localidade. Levando esta afirmativa em consideração, preencha a lacuna com a alternativa correta.**

- a) Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)
- b) Secretaria de Segurança
- c) Promotoria de Justiça
- d) Conselho Tutelar

**30. De acordo com Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, em sua Seção IV, que trata da divulgação ao público das informações sobre alimentos para lactantes e crianças na primeira infância, julgue as afirmativas como (V) verdadeiras ou (F) falsas e assinale a alternativa correspondente.**

**( ) Os órgãos públicos da área da saúde, da educação e de pesquisa e as entidades associativas de médicos pediatras e nutricionistas participarão do processo de divulgação das informações sobre a alimentação de lactentes e de crianças, na primeira infância, inclusive quanto à formação e à capacitação de pessoas.**

**( ) É vedada a distribuição de amostras, bicos, chupetas.**

**( ) Os profissionais de saúde deverão estimular e divulgar a prática do aleitamento materno exclusivo, até os seis meses de idade e continuado até os dois anos de idade, ou mais.**

**( ) Os alimentos para lactentes atenderão aos padrões de qualidade estabelecidos em Resolução editada pela AAM – Associação de Aleitamento Materno.**

- a) V – V – V – F.
- b) V – V – F – F.
- c) V – F – F – V.
- d) V – F – V – F.

**31. Conjunto de atividades informativas e de persuasão, procedente de empresas responsáveis pela produção, pela manipulação, pela distribuição, ou pela comercialização dos produtos abrangidos pelo disposto no Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, incluída a divulgação, por meios audiovisuais, auditivos e visuais, com o objetivo de induzir a aquisição, ou a venda de determinado produto. Esta afirmativa se refere à:**

- a) Representante comercial.
- b) Promoção especial.
- c) Promoção comercial.
- d) Exposição especial.

**32. Segundo o Decreto nº 9.579/2018, os profissionais de saúde deverão estimular e divulgar a prática do aleitamento materno exclusivo até:**

- a) Dois anos de idade, ou mais.
- b) Seis meses de idade e continuado até os dois anos de idade, ou mais.
- c) Seis meses de idade, continuado até os dois anos e seis meses.
- d) Completo um ano de idade, continuado até os dois anos.

**33. Em conformidade ao Estatuto da Pessoa com Deficiência, terá direito a auxílio-inclusão, nos termos da lei, a pessoa com deficiência moderada, ou grave que:**

- a) Receba o Benefício de Prestação Continuada e que passe a exercer atividade remunerada que a enquadre como segurado obrigatório do RGPS.
- b) Tenha recebido, nos últimos 2 (dois) anos, o Benefício de Prestação Continuada, e que exerça atividade remunerada que a enquadre como segurado obrigatório do RGPS.
- c) Não se enquadra nos critérios para receber Benefício de Prestação Continuada.
- d) Possui atendimento domiciliar autorizado pela perícia médica e social do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para serviço público de saúde.

**34. O poder público deve assegurar o acesso da pessoa com deficiência à justiça, em igualdade de**

**oportunidades com as demais pessoas, garantindo, sempre que requeridos, adaptações e recursos de tecnologia assistiva. Sendo assim, assinale a alternativa correta.**

- a) A fim de garantir a atuação da pessoa com deficiência em todo o processo judicial, o poder público deve capacitar, exclusivamente, os membros e os servidores que atuam na Defensoria Pública, nos órgãos de segurança pública e no sistema penitenciário, quanto aos direitos da pessoa com deficiência.
- b) Devem ser assegurados à pessoa com deficiência submetida à medida restritiva de liberdade, todos os direitos e garantias a que fazem jus os apenados sem deficiência, garantida a acessibilidade.
- c) Devem ser oferecidos recursos circunscritos de tecnologia assistiva disponíveis para que a pessoa com deficiência tenha garantido o acesso à justiça, sempre que figure em um dos polos da ação, ou atue como testemunha, participe da lide posta em juízo, advogado, defensor público, magistrado, ou membro do Ministério Público.
- d) Devem ser oferecidos todos os recursos de tecnologia assistiva disponíveis para que a pessoa com deficiência tenha garantido o acesso à justiça, somente quando este atuar como magistrado, ou membro do Ministério Público.

**35. De acordo com o Estatuto da Pessoa com Deficiência nos programas habitacionais, públicos, ou subsidiados com recursos públicos, a pessoa com deficiência, ou o seu responsável, goza de prioridade na aquisição de imóvel para moradia própria, observando:**

- a) Em caso de edificação multifamiliar, garantia de acessibilidade nas áreas de usos individuais e nas unidades habitacionais no piso térreo, de acessibilidade, ou de adaptação razoável nos demais pisos.
- b) Reserva de, no mínimo, 3% (três por cento) das unidades habitacionais para pessoa com deficiência.
- c) Disponibilização de equipamentos urbanos comunitários acessíveis.
- d) Elaboração de especificações técnicas no projeto que permitam a instalação de elevadores.

**36. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência em seu art. 40, determina que seja assegurado à pessoa com deficiência, que não possua meios para prover sua subsistência nem de tê-la provida por sua família, o benefício previsto nos termos da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Assinale a alternativa que corresponde ao valor a ser pago.**

- a) R\$ 600,00 (Seiscentos Reais).
- b) Um Salário Mínimo.
- c) Dois Salários Mínimos.
- d) R\$ 450,00 (Quatrocentos e Cinquenta Reais).

**37. A pessoa com deficiência tem direito a receber atendimento prioritário, sobretudo com a finalidade de:**

- a) Atendimento em algumas instituições e serviços de atendimento ao público.
- b) Proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
- c) Proteção e socorro em circunstâncias emergenciais.
- d) Prioridade no recebimento do décimo terceiro salário.

**38. De acordo com Decreto nº 9.579/2018 em seu art. 7º, é vedada a atuação de representantes comerciais nas unidades de saúde, exceto:**

- a) Para a comunicação de aspectos técnico-científicos dos produtos a médicos pediatras e nutricionistas.
- b) Não autorizados pela Anvisa para distribuição de amostras gratuitas a médicos pediatras e nutricionistas.
- c) Para vendedores, promotores, demonstradores, representantes de empresas não autorizadas.
- d) Para apresentar composto de nutrientes com indicativo para a alimentação de recém-nascidos de alto risco.

**39. Assinale a alternativa que corresponde à prioridade da mulher em situação de violência doméstica e familiar, prevista na Lei nº 13.882, de 08 de outubro de 2019.**

- a) Receber transporte para abrigo, ou local seguro, mediante autorização judicial.
- b) Manutenção do vínculo trabalhista, quando necessário o afastamento do local de trabalho, por até três meses.
- c) Receber instalações físicas em condições adequadas de habitabilidade, higiene, salubridade e segurança, inclusive aos seus dependentes e inclusão imediata a programas assistenciais do governo federal.
- d) Matricular seus dependentes em instituição de educação básica mais próxima de seu domicílio, ou transferi-los para essa instituição, mediante a apresentação dos documentos comprobatórios do registro da ocorrência policial, ou do processo de violência doméstica e familiar em curso.

**40. O art. 11 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, afirma: no atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, a autoridade policial deverá, entre outras providências:**

- a) Garantir proteção policial, quando necessário, comunicando de imediato ao Ministério Público e ao Poder Judiciário.
- b) Encaminhar, primeiramente, à ofendida à Delegacia de Polícia.
- c) Fornecer transporte apenas para a ofendida para abrigo, ou local seguro, quando houver risco de vida.
- d) Garantia de que a mulher em situação de violência doméstica e familiar, familiares e testemunhas terão contato direto com investigados, suspeitos e pessoas a eles relacionadas.

**41. Pensando em garantias de direitos, a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, afirma no Capítulo II, art. 9º: a assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único de Saúde, no Sistema Único de Segurança Pública, entre outras normas e políticas**



**públicas de proteção, e emergencialmente quando for o caso. Sendo assim, assinale a alternativa correta.**

- a) O Assistente Social determinará, por prazo certo, a inclusão da mulher em situação de violência doméstica e familiar no cadastro de programas assistenciais do governo federal, estadual e municipal.
- b) A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar compreenderá o acesso aos benefícios decorrentes do desenvolvimento científico e tecnológico, incluindo os serviços de contracepção de emergência, a profilaxia das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST), da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS) e outros procedimentos médicos necessários e cabíveis nos casos de violência sexual.
- c) Aquele que, por ação ou omissão, causar lesão, violência física, sexual, psicológica e dano moral, ou patrimonial a mulher, fica desobrigado a ressarcir todos os danos causados, inclusive ressarcir ao Sistema Único de Saúde (SUS), de acordo com a tabela SUS, os custos relativos aos serviços de saúde prestados para o total tratamento das vítimas em situação de violência doméstica e familiar, recolhidos os recursos, assim arrecadados ao Fundo de Saúde do ente federado, responsável pelas unidades de saúde que prestarem os serviços.
- d) Os dispositivos de segurança destinados ao uso em caso de perigo iminente, disponibilizados para o monitoramento das vítimas de violência doméstica, ou familiar, amparadas por medidas protetivas, terão seus custos ressarcidos pelo poder público.

**42. Considerando o art. 12, da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, onde afirma que em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, a autoridade policial deverá adotar de imediato este procedimento:**

- a) Ouvir as testemunhas, lavrar o boletim de ocorrência e determinar o afastamento da ofendida do lar.
- b) Colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e de suas circunstâncias.
- c) Remeter, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas de urgência.
- d) Determinar que se proceda ao exame de corpo de delito da ofendida e requisitar outros exames periciais necessários e determinar a separação de corpos.

**43. O art. 2º, da Lei Brasileira de Inclusão à Pessoa com Deficiência, considera pessoa com deficiência, aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual, ou sensorial, à qual em interação com uma, ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas.**

**Assinale a alternativa que corresponde aos critérios para avaliação da deficiência realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.**

- a) Os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; a limitação no desempenho de atividades e a restrição de participação.
- b) Os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais; a autonomia individual; as necessidades específicas e a restrição de participação.
- c) Os impedimentos nas funções e nas estruturas do corpo; os fatores psicossociais, a limitação no desempenho de atividade e participação na sociedade.
- d) A limitação no desempenho de atividades; a restrição de participação; os aspectos da vida social e os impedimentos nas funções cognitivas.

**44. As edificações públicas e privadas de uso coletivo já existentes, devem garantir acessibilidade à pessoa com deficiência em todas as suas dependências e serviços, tendo como referência:**

- a) Os Programas e Políticas dos Direitos Humanos.
- b) As instalações com desenho universal.
- c) As normas de acessibilidade vigentes.
- d) Dispositivos e tecnologias assistivas.

**45. A pessoa que reter, ou utilizar cartão magnético, qualquer meio eletrônico, ou documento de pessoa com deficiência, destinados ao recebimento de benefícios, proventos, pensões, remuneração, ou à realização de operações financeiras, com o fim de obter vantagem indevida para si, ou para outrem, está sujeita à:**

- a) Pena - reclusão, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa.
- b) Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa.
- c) Reclusão de 6 (seis) meses e multa.
- d) Pena – reclusão de 3 (três) meses a 1 (um) ano.

**46. Assinale a alternativa que corresponde aos órgãos que executam de forma direta os serviços da Proteção Social Básica.**

- a) Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS.
- b) Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e Organização da Sociedade Civil – OSC's.
- c) Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e Unidades Básicas e Públicas de Assistência Social.
- d) Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS e Unidades Básicas e Públicas de Assistência Social.

**47. Atua com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sociofamiliar**

**e comunitário. Neste sentido é responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias. Esta afirmação se refere ao(s):**

- a) Centro de Atenção Psicossocial – CAPS.
- b) Centro de Referência Especializado da Assistência Social – CREAS.
- c) Centro de Referência da Assistência Social – CRAS.
- d) Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF.

**48. Assinale a alternativa correta que corresponde a serviços de atendimento às famílias e indivíduos com seus direitos violados, cujos vínculos familiares não foram rompidos.**

- a) Serviço de Medidas Socieducativas restritivas de liberdade, Serviço de abordagem de rua e cuidado no domicílio.
- b) Serviço de orientação e apoio sociofamiliar, Serviço de abordagem de rua e Medidas Socieducativas em meio aberto e liberdade assistida.
- c) Serviço de abordagem de rua e Medidas Socieducativas em meio aberto e liberdade assistida e Família Acolhedora.
- d) Serviço de Atendimento Integral Institucional, Casa de Passagem e Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos à Pessoa Idosa.

**RASCUNHO.**